



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP

Instituto de Filosofia e Artes Cênicas – IFAC

Departamento de Filosofia – DEFIL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**A evolução do pensamento filosófico acerca da moral e da ética com foco
no pensamento nietzschiano**

Dan Ribeiro de Assis Paiva

Ouro Preto

2022

Dan Ribeiro de Assis Paiva

**A evolução do pensamento filosófico acerca da moral e da ética com foco
no pensamento nietzschiano**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Ouro Preto, orientado pelo professor José Luiz Furtado, como requisito parcial para a graduação como bacharel em filosofia.

Ouro Preto

2022



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE FILOSOFIA ARTES E CULTURA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Dan Ribeiro de Assis Paiva

A evolução do pensamento filosófico acerca da moral e da ética com foco no pensamento Nietzscheano.

Monografia - Artigo Científico apresentado ao Curso de Filosofia Bacharelado da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Filosofia.

Aprovado em 25 de janeiro de 2022.

Membros da banca

Prof. Dr. José Luiz Furtado - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto
Prof. Dr. Hélio Lopes da Silva - Universidade Federal de Ouro Preto
Prof. Dr. Mário Nogueira de Oliveira - Universidade Federal de Ouro Preto

Prof. Dr. Guilherme Araújo Cardoso, Coordenador do Curso Filosofia Bacharelado, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 31/05/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Araujo Cardoso, COORDENADOR(A) DE CURSO DE BACHARELADO EM FILOSOFIA**, em 01/06/2022, às 09:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0335740** e o código CRC **EC978BF6**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº
23109.007017/2022-07

SEI nº
0335740

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: (31)3559-1732 - www.ufop.br

“Duas coisas enchem o ânimo de admiração e de reverência sempre renovadas e crescentes quanto mais frequente e continuamente a reflexão se ocupa delas: o céu estrelado sobre mim e a lei moral em mim.”

(Immanuel Kant)

A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO FILOSÓFICO ACERCA DA MORAL E DA ÉTICA COM FOCO NO PENSAMENTO NIETZSCHIANO

THE EVOLUTION OF PHILOSOPHICAL THOUGHT ABOUT MORALS AND ETHICS FOCUSING ON NIETZSCHE PHILOSOPHY

Dan Ribeiro de Assis Paiva¹

José Luiz Furtado²

RESUMO

Conforme a literatura recente, há uma grande confusão acerca dos termos ética e moral, e qual o papel delas na sociedade. O presente artigo tem o objetivo de apontar a evolução dos conceitos de moral e ética ao longo do desenvolvimento do pensamento filosófico, focando nas considerações de Nietzsche sobre a moral e suas implicações teóricas. Para tanto, partiu-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e do tipo exploratória como escolha metodológica. Percebe-se que, comumente, a moral e a ética são tomados como sinônimos, entretanto, tanto as suas definições como a evolução histórica, apontam por utilizações que dependem do contexto em que estão inseridas. Verificou-se, ainda, que ao longo do desenvolvimento do pensamento filosófico, muitas tensões foram criadas, especialmente quando se contrapunham os conceitos de ética e moral, sendo o último um aspecto profundamente criticado por Nietzsche.

Palavras-chave: Moral. Ética. Nietzsche.

ABSTRACT

According to recent literature, there is a great deal of confusion, and what their role in society is. This article aims to point out an evolution of the concepts of morality and ethics throughout philosophical development, focusing on Nietzsche's considerations about morals and his theoretical theories. For that, we started with a bibliographic research, with a qualitative approach and an exploratory and methodological approach. Morals and ethics are commonly understood as contexts, however, understood as historical evolution, pointed out by uses that depend on historical understanding. It was also verified throughout the development of philosophical thought, which were often created, especially when they opposed the concepts of ethics and morals, the latter being a deeply critical aspect by Nietzsche.

Keywords: Morality. Ethic. Nietzsche.

INTRODUÇÃO

Conforme a literatura recente, há uma grande dúvida acerca dos termos ética e moral, e qual o papel delas na sociedade. Barton e Barton (1984), por exemplo, afirmam

¹ Graduando em Filosofia pelo Instituto de Filosofia Arte e Cultura da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

² Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1983), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1987) e doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1997). Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Ouro Preto.

que a filosofia moral questiona as virtudes ou maldades na atuação humana, julgando o que é certo ou errado. Na moral, constrói-se um conjunto de normas que estabelecem valores considerados corretos, norteando a conduta de certa sociedade, como por exemplo, os Códigos Civil e Penal. Esses códigos objetivam ordenar os direitos e deveres dos que compõem a sociedade brasileira e só podem se tornar legitimados a partir da ordem de algum superior, como por exemplo um Juiz. Essa figura é necessária pois, caso haja infrações, este superior possui a responsabilidade e o direito de punir o transgressor (COHEN, 1983).

Todos os códigos de moral são construídos a partir da premissa de que os indivíduos possuem desejos que infringem as normas. Estes desejos, em alguma medida, devem ser controlados para que não haja consequências negativas para o grupo social. (COHEN, 1983).

Já a ética exige um recorte maior, de acordo com Barton e Barton (1984). Para Aristóteles, em sua obra *Ética a Nicômaco*, a ética é caracterizada pela reflexão do que conduz as ações humanas, podendo ser ações boas (virtudes) ou más (vícios), esses conceituados como não-éticas. O filósofo ainda caracteriza a ética como “A ciência dos costumes” (FIGUEIREDO, 2008).

Por meio destes pressupostos, é possível perceber que há singularidades que precisam ser levadas em consideração para construir certos valores. A moral e a ética agem de formas diferentes em cada uma dessas singularidades, e o que é considerado moral em algumas comunidades pode ser inadequado (amoral) para outras, necessitando então, de um profundo entendimento dessas particularidades (ROKEACH, 1973).

Neste sentido, o presente artigo tem o objetivo de apontar a evolução dos conceitos de moral e ética ao longo do desenvolvimento do pensamento filosófico, focando nas considerações de Nietzsche sobre a moral e suas implicações teóricas. Para tanto, serão utilizados autores consagrados, como Machado (1999), Marton (2020), Aranguren (1972), bem como pesquisadores contemporâneos que se dispuseram a refletir sobre o tema como, por exemplo, Figueiredo e Guilhem (2008), além de uma passagem por pensadores relevantes como Platão (428 a.C. – 348 a.C.), Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.), Santo Tomás de Aquino (1225 – 1274), Kant (1724 – 1804) e Nietzsche (1844 – 1900).

No concernente aos dispositivos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de revisão de literatura, de caráter qualitativo e do tipo exploratória. Para a reunião da bibliografia, utilizou-se o Portal de Periódicos da CAPES, o Sistema Pergamum e

periódicos de acesso livre, a saber, Cadernos de Ética e Filosofia Política, e Síntese – Revista de Filosofia. Como entrada de busca, escolheu-se as palavras-chave *ética, moral, filosofia e moral, filosofia e ética, evolução da moral e ética*. Eventualmente, aplicou-se os operadores booleanos AND e NOT.

De modo geral, compreender o desenvolvimento do pensamento filosófico na dimensão da moral e da ética é importante por conta das implicações que os conceitos podem trazer para as sociedades e culturas, especialmente no que diz respeito à compreensão do comportamento humano em determinado contexto histórico. Torna-se relevante, ainda, contribuir com a área científica na direção de reunir em um material as principais informações acerca da temática tratada.

Sendo assim, o primeiro capítulo se ocupará em apresentar os conceitos de ética e moral, partindo da etimologia de ambos os termos; o segundo, trará as reflexões centrais de filósofos consagrados pelas suas teorias; e, finalmente, o terceiro focará nas reflexões de Nietzsche, por meio de um apanhado geral das suas principais obras, dando especial atenção à *Genealogia da Moral*.

Desta forma, espera-se que as informações reunidas e compiladas ofereçam um panorama geral sobre a moral e a ética e, quiçá, contribua com outros pesquisadores que se interessarem em se aprofundar no assunto.

1 CONTORNOS CONCEITUAIS DA ÉTICA E DA MORAL

1.1 ÉTICA

Ao consultar as literaturas relacionadas à ética na Filosofia, verifica-se que há uma preferência dos teóricos em resgatar sua etimologia, especialmente para contrapô-la aos significados de “moral”. Debruçando-se sobre a grafia, encontra-se no grego a palavra *ethos* que, por sua vez, possui duas formas de escrita: $\eta\theta\omicron\varsigma$ e $\epsilon\theta\omicron\varsigma$. Na primeira, utiliza-se a letra *eta* no início e, na segunda, o *épsilon*. Neste contexto, Figueiredo e Guilhem (2008) apontam a necessidade de compreender as limitações conceituais entre ambas, de modo a não reduzir a complexidade dos seus significados através da tradução.

Os vocábulos gregos supracitados podem apresentar três perspectivas diferentes. Em primeiro lugar, quando a palavra é escrita com *eta*, é possível interpretar como morada, caráter ou índole. A atribuição à morada remonta a ideia de abrigo, proteção, sendo, portanto, o sentido mais antigo. Ainda de acordo com Figueiredo e Guilhem (2008),

[...] usava-se, primeiramente, na poesia grega com referência aos pastos e abrigos onde os animais habitavam e se criavam. Mais tarde, aplicou-se aos povos e aos homens no sentido de seu país. Depois, por extensão, à morada do próprio homem, isto é, refere-se a uma habitação que é íntima e familiar, é o “lar”, um lugar onde o homem vive. É o lugar onde é mais provável de se encontrar o eu real. Ele representa aquilo que faz uma pessoa, um indivíduo: sua disposição, seus hábitos, seu comportamento e suas características. Nesse sentido, cada um tem sua própria ética. É isso, mais que os acidentes e incidentes da vida, que o diferencia de todos os demais (FIGUEIREDO; GUILHEM, 2008, p. 32).

Avançando para a segunda possibilidade de interpretação, tem-se *êthos* originado do pensamento aristotélico, sendo a concepção mais usual dentro da tradição filosófica do Ocidente. Nesta esfera, tem-se o vocábulo expressando “modo de ser” ou “caráter”. De acordo com Aranguren (1972), é preciso atenção quanto a esta chave de interpretação por conta da sua abrangência. A ideia de ética na Filosofia é mais específica do que o revelado por este termo. Em *êthos*, nota-se que há uma inclinação do ser na vida, vindo acompanhados do seu arcabouço de caráter, costumes e moral (ARANGUREN, 1972). Vale destacar que a palavra “caráter”, apesar de aparecer generalizada anteriormente, tem o seu lugar na Filosofia, Psicologia, além da sua associação restrita aos elementos da moral. Para a ética, o último aspecto é o que importa.

Em linhas gerais, na dimensão da Filosofia, Heráclito de Éfeso (séc. VI-V a.C.) considera o “caráter” a soma dos traços comportamentais e afetivos de um ser humano. Já para Kant (1724-1804), tem relação com a lei da causalidade, ou seja, as ações de cada indivíduo estão conectadas entre si integralmente. Em contrapartida, pode ser também o grupo de características psicológicas e /ou morais do indivíduo (FIGUEIREDO; GUILHEM, 2008).

No contexto da Psicologia, Ferrer e Álvarez (2005) relacionam o “caráter” à personalidade do sujeito, ou seja, este possui qualidades psíquicas e afetivas capazes de interferir nas próprias ações e, por isso, diferenciando-se a si de outros indivíduos. Pode, ainda, ter conotação com a índole e o temperamento, além de dialogar mais profundamente com aspectos biológicos e inatos do ser do que com as características adquiridas por meio das relações sociais (FERRER; ÁLVAREZ, 2005).

De qualquer modo, estas duas concepções de caráter não são interessantes à ótica da ética, haja vista que as reflexões orbitam em torno do sentido da moral e o modo que cada pessoa se orienta diante da vida por conta dela. Posto de outro modo, a ética se inclina à compreensão da disposição, ação, virtudes e vícios do sujeito, partindo da sua

atividade social, isto é, dos seus relacionamentos com o outro na sociedade (FERRER; ÁLVAREZ, 2005). Como se percebe, a concepção de “caráter” não está alinhada aos traços psicológicos do ser, mas às escolhas morais que cada um realiza no âmbito social, revelando sua disposição para ser movido por determinadas razões e não outras.

Quando se muda a grafia de ἦθος para ἔθος, os conceitos apresentados se alteram, deixando de serem associados à morada, caráter ou índole, sendo interpretados como “hábitos” ou “costumes”. Neste cenário, estabelece-se o *ethos* social, comumente conhecidos como “tradição”. Nas palavras de Figueiredo e Guilhem (2008), o significado se relaciona com atos “concretos e particulares, por meio dos quais as pessoas realizam seu projeto de vida. Este sentido também interessa à ética, uma vez que o caráter moral vai se formando, [...] mediante as opções que fazemos em nossa vida cotidiana (FIGUEIREDO; GUILHEM, 2008, p. 34).

Sendo assim, ao observar na etimologia das palavras apresentadas, a falta de contradição entre o que é caráter e o que é hábito forma o conceito que, comumente, entende-se a “ética”, ou seja, a reflexão acerca dos atos morais e dos hábitos (virtudes e vícios) de um indivíduo e/ou grupo. Vale ressaltar que as virtudes podem ser construídas a partir do intelecto, sendo adquiridas por meio do ensino-aprendizado e da sua prática; e a partir da moral (hábito, costume ou experiência). Por isso,

[...] a ética pode ser entendida como a ciência da reta ordenação dos atos humanos desde os últimos princípios da razão (*kathein*). Estamos, portanto, diante de uma ciência prática, que trata de atos práticos. É a razão da filosofia da prática. É a forma que configura a matéria (atos humanos). Por isso, é importante saber que a ética não se ocupa do irracional, como sugerem algumas interpretações, senão do racional prático, intentando saber o específico da moral em sua razão filosófica. Isto é, a razão das escolhas de uma determinada conduta e os fundamentos da tomada de decisão. (FIGUEIREDO; GUILHEM, 2008, p. 35).

Neste mesmo sentido, a ética filosófica atribuída por Cubelles (2002) aponta para o estudo da práxis humana, objetivando compreender os motivos de se realizar determinada ação a partir do conjunto de valores construídos e firmados por indivíduos numa sociedade (CUBELLES, 2002).

1.2 A RELAÇÃO ENTRE MORAL E ÉTICA

Uma das principais confusões cometidas sobre o conceito de moral é igualando-o ao significado de ética. Como mencionado anteriormente, este equívoco é comum devido à semelhança do termo que origina ambas as ideias (*ἠθoς*). Considerando a etimologia de “moral”, Figueiredo e Guilhem (2008, p. 36) apresenta esta como derivada do latim “Moralia; in: Morals”, fr. *Morale*; it. *Morale*”. Para Abbagnano (2007),

Este adjetivo tem, em primeiro lugar, os dois significados correspondentes aos do substantivo moral: 1º atinente à doutrina ética, 2º atinente à conduta e, portanto, suscetível de avaliação M. [Moral], especialmente de avaliação M. positiva. Assim, não só se fala de atitude M. para indicar uma atitude moralmente valorável, mas também coisas positivamente valoráveis, ou seja, boas (ABBAGNANO, 2007, p. 795).

Relacionando a impressão de Abbagnano (2007) com a de Tugendhat (1996), verifica-se que não é possível retomar um conceito de moral ou ética unicamente pela perspectiva da etimologia, haja vista que suas raízes são as mesmas. Nestas circunstâncias, o critério mais apropriado é o da evolução da cultura, ou seja, as palavras assumirão diferentes sentidos a depender dos contextos que se inserem. Além da distinção dos vocábulos na esfera da semântica, há de se considerar, ainda, o universo pragmático.

Desta forma, no contexto de Aranguren (1972), nota-se que “moral” terá significados diferentes, mas todos associados ao comportamento humano. Poderá ser classificada como moral ou imoral e, se escrita com letra maiúscula (M.), tem que ver com a filosofia moral.

Conforme Martins Filho (2006), outros sentidos podem ser atribuídos à moral se considera a classificação desta como substantivo ou adjetivo. No primeiro caso, alguns exemplos são: se “moral” vier com letra minúscula e precedida do artigo definido “a” – como na expressão “a moral” –, terá a ideia de princípios, normas de condutas e preceitos; se se usa “Moral” com letra maiúscula, estabelece-se a relação com a Ciência que se preocupa com o bem da sociedade em geral, categorizando o que é positivo e negativo; se “moral” vem acompanhada do artigo definido “o”, além de ser grafada em minúsculo – como em “o moral” –, a palavra terá o sentido de boa disposição de espírito, de força (MARTINS FILHO, 2006).

No concernente ao uso de “moral” como adjetivo, a maior parte se relaciona com a Ética. Nas palavras de Figueiredo e Guilhem (2008),

1. Moral como oposto a “imoral” – Neste sentido, o termo é usado como termo valorativo de reprovação. Esse uso pressupõe a existência de algum código moral que serve de referência para emitir um juízo moral. Refere-se a uma conduta contrária às regras morais vigentes numa dada cultura. *2. Moral como oposto a “amoral”* – Neste sentido é usado para referir-se a uma ação que não tem relação com a moralidade. A conduta dos animais, por exemplo, não tem nenhuma relação com a moralidade, pois pressupõe que estes não são responsáveis por seus atos. Ao passo que os seres humanos atingiram um desenvolvimento completo, e na medida em que se tornam senhores de seus atos, têm uma conduta moral. Amoral, portanto, refere-se à ação, atitude, estado ou caráter que não é nem moral nem imoral, i.e., que é exterior à esfera da moral (FIGUEIREDO; GUILHEM, 2008, p. 38).

Considerando os pressupostos apresentados anteriormente, reitera-se que a concepção definitiva de “moral” é inviável, dependendo, portanto, do contexto de cada lugar. Do mesmo modo que o vocábulo *ethos* possui sentidos diferentes e, por vezes, ambíguos, o termo “moral” também. De qualquer forma, o que a literatura aponta como mais recorrente, é considerar “moral” as regras de comportamento aceitas num enquadramento social específico, sendo este composto por tradições e diferentes realidades culturais. Dentro deste cenário, é possível considerar a moral como objeto de estudo da Ética. E, apesar de se considerar que moral e ética possuam suas particularidades conceituais, ambas estão intimamente relacionadas (CUBELLES, 2002).

Sendo assim, na esfera dos estudos filosóficos, a moral seguirá o raciocínio de um sistema de regras, normas, diretrizes, valores e princípios que coordenam o modo de vida humano dentro de uma sociedade que, por sua vez, aceita as regulamentações livremente. Em contrapartida, a ética irá se ocupar de conhecer e investigar seu funcionamento, e não estabelecer novos comandos.

2 MORAL E ÉTICA NA PERSPECTIVA DOS FILÓSOFOS AO LONGO DA HISTÓRIA

Embora Sócrates (470 a.C. – 399 a.C.) não tenha sido o primeiro a se interessar pela ética, é consenso reconhecê-lo como o primeiro que conseguiu estabelecer uma concepção adequada acerca do comportamento social. A partir dos escritos de Platão e dos comentários de Aristóteles, percebe-se que a ética em Sócrates passa por quatro pontos: a) deve-se buscar apaixonadamente o conhecimento, de modo a melhorar a conduta humana; b) o indivíduo deve orientar suas ações dentro de uma teoria coerente;

c) o sujeito deve aderir, ainda que provisoriamente, o que é definido como bom por uma sociedade, com o intuito de contribuir para o bem de todos e não exclusivamente ao próprio; d) disciplina para adotar as convicções da vida prática (DALL'AGNOL, 2008).

Por meio dos pensamentos de Sócrates, outras ideias foram surgindo como, por exemplo, a escola megárica, a platônica, a cínica e a cirenaica. Embora cada grupo possuísse suas particularidades filosóficas, todos concordavam que a sabedoria e o conhecimento são os parâmetros mais importantes para a vida ética, haja vista que o resultado da soma de ambas é o Bem (DALL'AGNOL, 2008).

No concernente à Platão, a concepção de moral e ética partem da corrente de Sócrates, mas desenha seus próprios elementos na *República*, sendo estas a sabedoria, a coragem, a temperança e a justiça. A sabedoria, conforme Platão, é a capacidade de reconhecer os eventos da vida por meio da razão, estabelecendo julgamentos verdadeiros. Através desta postura, as políticas públicas seriam criadas de modo sensato, tanto nos seus aspectos internos quanto externos. No que diz respeito à coragem, trata-se da diferenciação do que deve ser objeto de temor do indivíduo e o que não deve. Uma vez identificados, deve-se considerá-los nas ações individuais. Já a temperança, é a declaração de Platão de que cada pessoa deve governar e fortalecer os desejos racionais, fazendo-os se sobreporem aos desejos não racionais – sejam os da *polis*, sejam os particulares. Por fim, a justiça, relaciona-se com o cumprimento do papel individual dos habitantes da *polis*, mantendo o objetivo de contribuir com o bem comum (DALL'AGNOL, 2008).

Enquanto Platão propõe uma ética como “ciência teórica”, Aristóteles intervém com uma “ciência prática”.

A ciência aristotélica é a ética aplicada e não a ciência abstrata. A ética aristotélica é uma ética do bom senso, fundada nos juízos morais do homem que possa considerar-se, em geral, bom e virtuoso. Aristóteles procurou fundar sua ética referindo-se à natureza humana como tal. [...] Aristóteles interpreta a ação humana segundo a categoria de meio e fim. O fim ao qual tende uma ação particular não pode ser senão um meio em vista de um fim ulterior, mas é necessário que tenha um limite para a seqüência. Cada ação deve ter um fim último que tenha um valor nele mesmo, e, conclui Aristóteles, sem hesitação, o fim último de todas as coisas deve ser o mesmo (NODARI, 1997, p. 384- 385).

Complementando com as impressões de Silva (2008), as características da ética aristotélicas são o naturalismo, o eudemonismo, o teleologismo e a virtude com o meio termo. Todos estes aspectos podem ser percebidos em *Ética a Nicômaco*. Quando o filósofo destaca o naturalismo, nota-se que há a consideração do mundo natural, ou seja, dos seres vivos, e que estes possuem corpo, razão e paixões. Sendo assim, a impulsividade

e a intelectualidade são impulsos inerentes à natureza humana, devendo ser atualizadas. Na dimensão do eudemonismo, este está atrelado ao fazer o bem, ao alcance da felicidade como finalidade da moral. Em paralelo, tem-se o teleologismo – também explorado por Nodari (1997) – que diz respeito à função que algo possui diante de um determinado fim. E, finalmente, a ética do meio termo da virtude, isto é, além do homem dever se orientar pelas virtudes, faz-se necessário não ceder aos extremos na escala virtude-vício, mas procurar pelo caminho do meio (SILVA, 2008).

Avançando para a Idade Média, encontram-se novos valores e princípios orientando os indivíduos. Desta vez, os códigos morais atribuídos pelo cristianismo passam a dominar “como paradigma da excepcionalidade do ser humano que consegue elevar-se acima da rudeza e dos vícios, sintonizando-se com uma vida orientada para o plano divino”. Conforme Silva (2013), a Igreja era considerada um meio entre o ser humano e Deus e, por isso, um poder espiritual indiscutível e atemporal.

Na sociedade medieval, a moral era totalmente atrelada aos princípios da Igreja, porém contava também com divisões econômico-sociais e espirituais que formava uma estratificação social moral. Eram formados códigos morais para diferentes grupos de pessoas, como por exemplo o código da aristocracia feudal e o código dos nobres e cavaleiros. O único grupo social que não possuía um código sólido e padronizado era o de servos (SILVA, 2013).

No concernente à ética, a nobreza do sangue já atingia uma escala moral, concluindo-se que os servos, justamente por conta de sua origem, seriam incapazes de obter uma vida moral. Porém, para os servos, a liberdade e igualdade seria garantida no plano espiritual e, por isso, eles aproveitavam outros aspectos da vida que não estavam garantidos no código feudal moral com a certeza de que a vida moral só seria uma realidade em outro plano (SILVA, 2013).

O filósofo Santo Tomás de Aquino retoma a ética eudemonista, adaptando o pensamento de Aristóteles às ideias do cristianismo. Ele recupera esses conhecimentos, mas ainda de acordo com sua realidade, diz que a única forma de contemplação que leva à felicidade, é a contemplação de Deus, que acontece apenas após a morte, em um plano futuro (SILVA, 2013).

Nessa sociedade feudal, foram construídas novas relações sociais que constituíram um novo tipo de moral atrelado aos interesses da burguesia. Esses interesses eram voltados para o desenvolvimento e expansão do comércio e possuía como princípio fundamental a lei da produção da mais valia. Com essa lei, todo o sistema comercial

funcionaria totalmente voltado para a obtenção de lucro, tendo o homem como um objeto econômico (SILVA, 2013).

Assim, o ser humano volta a ser o objeto central de interesse e suas vontades próprias e considerações morais não podem afetar o objetivo capitalista final de obter uma mais valia. A economia passa a ser administrada pensando somente no lucro, gerando, então, uma nova moral. Começa então a cultura do culto ao dinheiro, gerando um individualismo fortemente presente (SILVA, 2013).

A partir disso, o filósofo Immanuel Kant (1986) diz que a natureza humana é uma natureza racional com razão legisladora pois é a única que tem a capacidade de criar leis que a própria razão determina. Para ele, a ordem moral é determinada pela razão, em que uma ação só pode ser considerada moral quando praticada de forma consciente. O seu pensamento segue uma linha dizendo que a norma precisa sempre ser consultada, guiando as ações humanas para que não cause prejuízos maiores, mas que as vontades individuais também estão presentes e, de certa, forma, interferem no posicionamento ético e, por isso, ela deve ser evitada, para que se siga apenas a razão (SILVA, 2013).

Max Weber (2004) também explica a moral como o resultado dos reflexos das relações sociais no trabalho e em como eles influenciam as expressões da consciência humana. Assim, a moralidade varia não só com o tempo, mas também com a mudança dos processos de produção que alteram todos os valores de uma sociedade (SILVA, 2013).

Para Friedrich Hegel (1994), a moral é obtida através da interação entre um indivíduo e o conjunto social em que ele vive. Ele elabora a ética considerando as relações sociais e como ocorreram ao longo da história, concluindo que a moralidade é representada de diferentes formas em diferentes fases da história (SILVA, 2013).

Karl Marx (1974), em linhas gerais, diz que a moral supre as necessidades de uma sociedade especificamente em determinado momento com determinadas relações sociais, ou seja, a moral é uma produção social. A partir das mudanças que ocorrem na história, as relações sociais vão se reestruturando e as normas morais também. Assim, os valores sociais não são considerados absolutos e nem atemporais, visto que sofrem mudanças a cada nova fase (SILVA, 2013).

De acordo com Jurgen Habermas (1999), a ética deve ser determinada de forma discursiva, em que os indivíduos se juntam e dialogam, chegando em um consenso de uma razão em comum para todos os sujeitos e que irá fundamentar a ação moral. Assim, é um pensamento inacabável que sempre pode ser alterado a partir do diálogo e da

argumentação. A ética de Habermas possui uma característica democrática e não autoritária, baseada na decisão em conjunto (SILVA, 2013).

Na contemporaneidade, a vida ética e moral enfrenta diversos desafios advindos da forte individualização existente na sociedade, que impede que sejam praticadas a solidariedade e a tolerância. Muitos são os empecilhos que impedem a criação de princípios gerais que levem a uma boa conduta (SILVA, 2013).

3 CONCEPÇÃO GERAL DA MORAL EM NIETZSCHE

Conforme Roberto Machado (2017), a crítica à filosofia da moral foi uma das principais ocupações da filosofia de Nietzsche, especialmente porque, de acordo com o filósofo, nenhum outro havia se debruçado profundamente neste aspecto. Neste contexto, Nietzsche considera que os valores e a moral são elementos construídos ao longo do tempo e, por consequência, são mutáveis (MACHADO, 2017).

Na mesma ótica, Marton (2020) aponta que Nietzsche se ancorava na ideia de que os valores morais pouco eram discutidos por serem considerados pertencentes à natureza humana e ao mundo desde sempre. No entanto, uma vez que se percebe que fazem parte da criação humana – como se verifica em “Humano, demasiado humano” –, duas vertentes podem ser exploradas. A primeira diz respeito aos valores como supostas avaliações e, a segunda, se relaciona com a criação de novos valores a partir do que já foi avaliado (MARTON, 2020).

Na perspectiva de pesquisadores contemporâneos, como Acosta (2019), verifica-se que Nietzsche considera que os seres humanos não devem ser limitados pela moral, deve-se superá-la. Conforme o próprio filósofo, quando se encerra o indivíduo em modelos e regras, o que o torna particular é ignorado e, arbitrariamente, estabelece-se uma relação de domesticação da sua potência de vida (ACOSTA, 2019).

Na perspectiva nietzschiana, a moral impele o homem a ansiar e a desejar um modelo ideal de comportamento e valores a ponto de sufocar a existência, tornando-a, portanto, insuportável. Neste sentido, sua proposta perpassa pela moral aristocrática, ou seja, aquela compreendida pela desigualdade e pela hierarquia. Ao consultar a obra “Para além do bem e do mal”, o filósofo afirma que “a elevação maior do tipo ‘homem’ foi até agora obra de uma sociedade aristocrática. Parece que assim será sempre. Por se tratar de uma sociedade que acredita numa longa escala de hierarquias e diferenças de valor de homem para homem” (NIETZSCHE, 2005, p. 153).

Ainda no âmbito da “moral aristocrática” e da “moral plebeia”, Machado (2017) complementa:

A "moral aristocrática" é uma ética do bom e do mau considerados como tipos históricos, como valores imanentes, como modos de vida; ética dos modos de ser das forças vitais que define o homem por sua potência, pelo que ele pode, pelo que ele é capaz de fazer. Em contrapartida, a "moral plebeia" é propriamente uma moral: um sistema de juízos em termos de bem e de mal considerados como valores metafísicos e que, portanto, refere o que se diz e o que se faz a valores transcendentais ou transcendentais (MACHADO, 2017, p.61).

Nesta altura, vale destacar que, para Nietzsche, a existência está associada às possibilidades que o ser humano pode vir a ser. Entretanto, com a presença da moral, não há a caminhos deste se tornar um indivíduo “completo”. Quando se fala em um ser “completo”, a produção filosófica do autor aponta para a ideia de que cada um possui suas fraquezas, mas não há necessidade de superá-las para se tornar pleno, haja vista que se há a ideia de melhoria de determinados aspectos pessoais em prol dos desejos do outro, ou da sociedade de modo geral, tem-se as marcas da moralidade do outro sobre a própria pessoa mais uma vez (MACHADO, 2017).

De modo geral, a filosofia da moral de Nietzsche se contrapõe àquelas praticadas por Kant e a moral da compaixão (nas palavras de Schopenhauer), especialmente ao seu êxito teológico, pois, neste modelo, finda-se a abertura à crítica ao pensamento. A valorização exagerada da compaixão, principalmente a religiosa, demasiadamente presente nas filosofias de outros pensadores, revela um movimento que, ao ser lançado, volta-se contra a própria vida, como um sintoma das insatisfações dela. Na obra “O Anticristo”, Nietzsche revela: “entre os alemães compreende-se de imediato, quando digo que a filosofia está corrompida pelo sangue dos teólogos. O pastor protestante é o avô da filosofia alemã, o protestantismo mesmo é o seu *peccatum originale*” (NIETZSCHE, 1997, p. 33).

Ainda na dimensão da compaixão como um valor ético-moral, na obra “Humano, demasiado humano” este elemento é analisado na perspectiva das relações de poder e do desejo de dominação do outro. Na interpretação de Araldi (2008), para Nietzsche, quem pratica a compaixão

está exercitando sua força e seu sentimento de superioridade em relação ao mais fraco e digno de pena. A questão não é mais investigar o valor moral das ações não egoístas, mas mostrar que a ética da compaixão é uma interpretação falsa de certos fenômenos. Todas as ações humanas seriam egoístas, visam ao

domínio, à intensificação do sentimento de prazer pessoal; mesmo na aparente humildade e no altruísmo, elas visam à fruição de si mesmo (ARALDI, 2008, p. 45).

Adentrando na “Genealogia da Moral” de Nietzsche, percebe-se algumas considerações polêmicas. O filósofo considera que a revolta escrava exerceu papel relevante para a concepção moralizante do que é uma pessoa boa ou má.

O levante dos escravos na moral começa quando o ressentimento mesmo se torna criador e pare valores: o ressentimento de seres tais, aos quais está vedada a reação propriamente dita, o ato, e que somente por uma vingança imaginária ficam quites. Enquanto toda moral nobre brota de um triunfante dizer sim a si próprio, a moral de escravos diz não, logo de início, a um ‘fora’, a um ‘outro’, a um ‘não mesmo’: e esse ‘não’ é seu ato criador. Essa inversão do olhar que põe valores – essa direção necessária para fora, em vez de voltar-se para si próprio – pertence, justamente, ao ressentimento: a moral de escravos precisa sempre, para surgir, de um mundo oposto e exterior, precisa, dito fisiologicamente, de estímulos externos para em geral agir – sua ação é, desde o fundamento, por reação (NIETZSCHE, 1999, p. 48).

Neste cenário, ao julgar uma pessoa como má, estabelece-se a inferiorização deste em relação àquele que é bom. Em termos práticos, quando alguém percebe o outro como “ruim”, a reação natural é o desprezo. Entretanto, quando os dispositivos da moral interferem, o “ruim” se torna “mau” e este é condenado conforme os méritos de seus valores. Em outras palavras, Nietzsche realiza o apelo de que o filósofo deve se colocar além do que é considerado o bem ou o mal, pois estes são conceitos que mais iludem a razão do que reflete a realidade.

O mesmo é percebido com as concepções de certo e errado que

Nietzsche chama essa versão de “moralidade do costume” [Sittlichkeit der Sitte], que é um sistema de costumes e leis que regula o comportamento das antigas comunidades. Não se trata propriamente de um sistema ético, muito menos uma instância da moralidade, porque ele não funciona por meio do que Willians chama de “sanções informais e disposições internalizadas”, mas apenas através da punição e do medo em relação à mesma. Nietzsche assume que a disposição de obedecer a regras tem uma raiz mais antiga do que o medo da punição, a saber, o instinto de rebanho, a disposição de adequar o próprio comportamento ao que fazem aqueles que estão ao redor, que ele, no cartão postal citado anteriormente, considera o aspecto “mais essencial” da moralidade (ARALDI, 2008, p. 45).

No âmbito da moral religiosa, um dos principais pensamentos norteadores da filosofia de Nietzsche se encontra em sua obra “O Anticristo”, em que o autor afirma que

“Deus está morto”, sendo contrário à influência da Igreja Católica na sociedade. Segundo ele, os cristãos não eram bons genuinamente e sim por conta do medo da punição, que é o que baseia toda a fé cristã. A partir disso, ele propõe um tipo de ética que depende apenas da própria pessoa, sem precisar de recompensas além da vida e, assim, a pessoa seria boa apenas para se sentir bem consigo e não por medo de algum tipo de punição divina (CREMONESE, 2019).

Para o filósofo, que era um grande defensor da natureza física e da experiência humana, não havia sentido serem negados certos prazeres da vida relacionados ao corpo e ao amor apenas por conta de uma punição, que ainda geraria culpa no indivíduo. Por conta dessas críticas, Nietzsche defendia o fim da moral cristã, incentivando um questionamento individual em cada cidadão para que se percebesse que viver a moral cristã não fazia sentido (CREMONESE, 2019).

Outro conceito ainda muito refletido e debatido é o “nihilismo” que basicamente é a base do pensamento de Nietzsche, construído a partir da descrença de qualquer valor padronizado imposto pela sociedade, principalmente os cristãos. Para Nietzsche, quando se mata Deus, a pessoa vira responsável de seus próprios atos e valores que quer construir (CREMONESE, 2019).

A vontade de poder era abordada também por Nietzsche como fonte de muitas transformações e progressos na história da humanidade. Para ele, existiam dois grupos de pessoas: os fracos e os fortes. Os fracos eram passivos e agiam de forma servil e obediente, principalmente à Igreja, enquanto os fortes possuíam iniciativa e agiam, em busca de uma mudança em sua realidade (CREMONESE, 2019).

Por último, o conceito de Super Homem de Nietzsche descreve uma pessoa que vive a vida sem as ideias usadas para suportar a existência, como a moral e a religião. Para o filósofo, esses apoios são necessários porque as pessoas negam a morte, precisando acreditar em um outro plano e o Super Homem seria superior a isso psicologicamente, pois não seria refém dessas falsas promessas (CREMONESE, 2019).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve o objetivo de compreender os aspectos relacionados à moral e à ética. Para tanto, iniciou-se apresentando os conceitos de ética e moral, a sua diferenciação da etimologia, bem como os seus conceitos. Em seguida, verificou-se a construção histórica dessas definições por meio de alguns filósofos como Platão, Aristóteles, Kant. E, finalmente, verificou-se no terceiro capítulo as contribuições de Nietzsche na contemporaneidade no sentido da moral e da ética.

Espera-se que esse artigo não encerre as discussões acerca do assunto, haja vista que moral e ética são assuntos complexos e depende de vários fatores, como por exemplo fatores sociais, culturais e históricos. Mas, espera-se que este possa contribuir na área científica e também com outros pesquisadores interessados.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ACOSTA, Lucas Giovan Gomes. **Uma Contribuição de Nietzsche à Filosofia Moral: a Hipótese do Eterno Retorno do Mesmo Como Imperativo de Avaliação das Ações**. Mundo Livre v. 5 n. 1 (2019).
- ARANGUREN, J. **Ética**. 5. ed. Madri: Seleta, 1972.
- ARALDI, Clademir Luís. Nietzsche como crítico da moral. *Dissertatio* [27-28], 33 – 51 inverno/verão de 2008.
- CREMONESE, D. Ética e moral na Contemporaneidade. **Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, v. 1, n. 1, abr. 2019.
- CUBELLES, S. **Compêndio de ética filosófica e história de la ética**. Valência-Espanha: Edicep, 2002.
- DALL'AGNOL, D. **Ética I**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.
- FERRER, J.; ÁVAREZ, J. **Para fundamentar a bioética: teorias e paradigmas teóricos na bioética contemporânea**. São Paulo: Loyola, 2005.
- FIGUEIREDO, A. M.; GUILHEM, D. Ética Moral. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 5, n. 1, p. 29–46, 2008.
- FILHO, I. M. **Manual esquemático de filosofia**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2006.
- HABERMAS, Jürgen. **Acerca do uso pragmático, ético e moral da razão prática**, in: *Comentários à ética do discurso*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- HEGEL, Georg W. F. **Discursos sobre a educação**. Trad. Ermelinda Fernandes. Lisboa: Colibri, 1994.
- KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 1986.
- MACHADO, Roberto. **Nietzsche e a verdade**. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- MARTON, Scarlett. **Nietzsche: da genealogia à transvaloração dos valores**.
- AUFKLÄRUNG, João Pessoa, v.7, n.esp.,Nov., 2020, p.97108
- MARX, Karl. **Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da Miséria do senhor**
Proudhon. Tradução: J. Silva Dias/ Maria C. Torres. 2a ed. Porto: Escorpião, 1974.
- NIETZSCHE, Friedrich, _____ **Humano Demasiado Humano** (tradução de Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 2000
- _____. **Para Além do Bem e do Mal: Prelúdio a uma Filosofia do Futuro**. 2006. Coleção os Pensadores.
- _____. **Genealogia da Moral** (tradução de Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. **O Anticristo**. Lisboa, Guimarães Editores, 1997.

NODARI, P. C. A ética aristotélica. **Síntese Nova Fase**, v. 24, p. 383–410, 1997.

SILVA, S. L. DA. **A ética das virtudes de Aristóteles**. [s.l.] Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.

SILVA, Z. S. K. Evolução histórica da Moral/Ética. **Faculdade Pitágoras**, 2013.

TUGENDHAT, E. Lições sobre ética. Tradução do grupo de doutorandos do Curso de PósGraduação da UFRGS, revisão e organização da tradução de Ernildo Stein e Ronai Rocha. Petrópolis: Vozes, 1996.

WEBER, Max. A ética Protestante e o “espírito” do capitalismo. Porto Alegre: Companhia das Letras, 2004.